

A EJA na UNEB: apontamentos da/para a história.

Maria de Fátima Mota Urpia¹
Maria José de Faria Lins²
Rodrigo Matos de Souza³

Resumo: O presente artigo procura, a partir de um exercício de memória dos autores, participantes *in loco* do processo histórico de produção da Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia, discutir essa narrativa como fragmento, partes de um texto sempre em construção, indicando sua incompletude, ambivalência e complexidade, como modo de marcar um discurso sobre algo que viveram e vivem. Para tanto, recorreram a documentos e à própria memória como recurso para as proposições expostas no referido escrito, numa abordagem de bricolagem, que se pretende histórica, sem deixar amarrar seja pelo discurso ou pelas metodologias historiográficas.

Palavras-chave: História; Educação de Jovens e Adultos; Universidade do Estado da Bahia.

Introdução

[...] o presente não engendra automaticamente o futuro através de uma dinâmica fatal ou espontânea: o futuro precisa lutar para nascer, para assumir uma feição determinada; precisa enfrentar criticamente o presente (KONDER, 1988, p. 20).

A ideia de uma narrativa histórica de um fenômeno presente, ainda mais quando micrologicamente tenta dar conta – sendo um informe possível dentre

¹ Pedagoga, Professora do Departamento de Educação (DEDCI) da Universidade do Estado da Bahia, Campus I. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Editora da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. E-mail: fatimaurpia@hotmail.com

² Pedagoga, Professora do Departamento de Educação (DEDCI) da Universidade do Estado da Bahia, Campus I. Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Editora da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. E-mail: lins_lins2000@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB). Professor do Centro Universitário Jorge Amado (UJ) e da Faculdade São Salvador (FSSAL). Editor-executivo da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. E-mail: rodrigomatos28@hotmail.com

muitos – da atuação em um campo de conhecimento dentro de uma universidade, institui-se na ordem do ir formando-nos, ao tempo em que fazemos parte e conhecemos as formas desse fazer. A infância histórica insiste em reafirmar os (re)começos, mesmo que, para muitos dos que ali atuaram e atuam, os inícios pareçam distantes na perspectiva de um devir humano. Quase insignificantes na dimensão da história da humanidade, todo processo de recomeço impõe novas instabilidades e andar tateante de infante que ainda não sabe como firmar as pernas.

A infância, como nos diz Agamben (2014), é a expressão do primeiro contato humano com alguma coisa. Este contato com o novo, com algo do qual não temos propriedade ainda, nos faz vacilar sobre como abordar tal fenômeno. A constante reinauguração e apropriação da afiguração de um fenômeno num espaço provocam uma série de infâncias epistemológicas nos sujeitos. O que significa dizer, no contexto universitário, que o conhecimento, apesar de parecer o mesmo, de se anunciar como mesmo, está sempre sendo inscrito – e escrito – como algo diferente num discurso institucional.

Este texto não é um texto histórico, tampouco um texto informativo, mas um híbrido que tenta dar conta daquilo que Burke (2003) tentou dar sentido na metáfora dialética do “cru” e do “cozido”, quando o primeiro refere-se ao que está sendo apropriado, e sem muito tratamento, mas precisa aparecer como informação; e o cozido, o que já foi processado, transformado em conhecimento.

Por conta dessa questão, ao tratarmos da Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o fazemos, sempre, num duplo exercício, que é narrativo e analítico, ou proto-analítico, no qual as conjecturas e a incompletude são possíveis, como forma de tentar marcar a relação que este campo de conhecimento tem com esta instituição e vice-versa, ainda em construção e constantemente reconstruída. Uma bricolagem, em sentido lato

O conceito de bricolagem, do pesquisador como *bricoleur*, um sujeito capaz de fazer diversas atividades sem convocar um especialista para resolver as etapas de seu trabalho, inserindo a pesquisa [...] numa forma de artesanaria intelectual sofisticada que, ao mesmo tempo em que forma o sujeito da especialização, o convoca a tomar parte e a conhecer as diversas formas de feitura de seu campo (SOUZA, 2014, p. 117).

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na UNEB, não acontece em tempos e espaços determinados, de uma forma única. É plural, feita e contada por muitos homens e mulheres que, cotidianamente, vão construindo seu percurso e o da própria Universidade, em toda extensão do território baiano⁴. Essa trajetória vem sendo registrada de diferentes formas – pelas portarias e resoluções, pelos livros, está nas fotografias e nos vídeos e, especialmente, na memória⁵ de quem a faz.

Aqueles que a vêm fazendo são os que assumem o compromisso com o campo, muitos ainda em defesa da EJA como suplência, outros, nos quais nos incluímos, compreendendo-a como um direito, um dever de Estado, como educação da classe trabalhadora. Desse lugar, entendemos que a Universidade tem a função precípua de possibilitar a todos os seres humanos o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade – aos jovens e adultos, também. Esse deve ser o compromisso da UNEB. Ao abraçar essa meta, busca-se atender às demandas de homens e mulheres, diferentes no que se refere ao gênero, à questão étnico-racial e em tempos de vivência diversos – da juventude, da adultez e da velhice, dentre outras dimensões, cuja diferença encontra alguma igualdade na condição de trabalhadores.

A educação destinada aos jovens e adultos pertencentes à classe trabalhadora não apresenta os resultados esperados/pautados pela política pública, as matrículas são reduzidas, os índices de analfabetismo não diminuem conforme os acordos celebrados, a permanência na Escola e o acesso ao saber pelos educandos no patamar correspondente à certificação expedida não se configuram. A EJA não se constituiu prioridade na agenda pública nacional de educação e o contexto atual pode ser considerado de estagnação, de grande adversidade. [...] A existência de uma educação integral da classe trabalhadora ainda não se faz possível no contexto histórico-social em que vivemos; não há possibilidade de uma educação voltada em sua totalidade para a emancipação humana (URPIA et al, 2014, p. 5).

4

□A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma instituição pública criada pela Lei Delegada número 66, de 1º de junho de 1983, depois reconhecida pela Portaria Ministerial número 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual número 7176, de 10 de setembro de 1997. Sua presença *multicampi* materializa-se em 24 *campi* nas mais variadas regiões do Estado.

5

□Muito do que aqui se apresenta é fruto do uso da memória como um recurso, tendo em vista que muito do apresentado nesta reflexão foi vivenciado *in loco* pelos autores deste escrito.

Essas necessidades chegavam à UNEB, em sua plenitude e complexidade, por muitas vias, e durante muito tempo marcadas pelas atividades de extensão⁶. A Pró-reitoria de Extensão sempre foi um espaço aberto para o desenvolvimento de ações sobre a EJA, qual seja de intervir nos processos sociais e identificar problemas que exijam novas ações e, conseqüentemente, pesquisas.

Dizer de como a UNEB vem abraçando a EJA exige enxergar essa realidade como um todo, o que não significa compreender todos os fatos, posto ser essa uma tarefa impossível. Na realidade, a totalidade não constitui todos os fatos, mas um todo estruturado em que um fato pode vir a ser compreendido em seus nexos, entre os diferentes aspectos e nas particularidades que lhes são essenciais (KOSIK, 1976).

É com esse olhar que, na condição de sujeitos dessa história, dizemos de como a Educação de Jovens e Adultos vem se concretizando na UNEB. Trata-se de uma aproximação a essa realidade nos limites de nossa compreensão, bem como naqueles de um texto dessa natureza.

A Educação de Jovens e Adultos na UNEB: apontamentos desse que fazer.

As Instituições de Educação Superior (IES), no Brasil, ainda não incorporaram a formação de professores e dos demais profissionais para a EJA e, em geral, permanece a situação histórica em que esse campo é omitido ou tratado de forma marginal nos cursos de formação de professores (GATTI; NUNES, 2009). E, em se tratando das demais licenciaturas, a ausência de formação no campo ainda é a marca destes cursos, como afirma Machado (2008), problemática que ainda não foi resolvida, em que pese o esforço de diferentes sujeitos/instituições, nas diferentes regiões do país. Aprende-se sobre a especificidade do campo, quando se assume a docência; quando se está na condição do professor que ensina Física, Matemática, História, entre outros componentes curriculares.

6

□Os mandatos de Pró-reitor de Extensão, exercidos por Lourivaldo Valentim Bomfim (1998 – 2005), depois eleito reitor da UNEB (2006-2013), e Adriana dos Santos Marmori Lima (2007-2011), exerceram um papel importante na consolidação das políticas de EJA, a partir de uma política sistemática de extensão na Universidade.

Todavia, em se tratando da UNEB, o posicionamento de se arriscar a fazer o que ainda não foi feito e de buscar a inovação, muito presentes em sua trajetória, também vem se concretizando nas ações que envolvem a EJA. Dessa forma, um marco para esta relação tem, na década de 1980, uma referência, quando foi criada a Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação de Adultos, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ), atual Departamento de Ciências Humanas, Campus III/UNEB, curso mantido até o ano de 2005. Trata-se de uma proposta inserida no movimento nacional de discussão dos Cursos de Pedagogia pelas Faculdades de Educação públicas, em especial, na década de 1980, que resultou na compreensão de que o pedagogo poderia atuar como professor em diferentes campos, entre eles, na EJA. Uma iniciativa pioneira no Estado.

Outra proposição pioneira, na Bahia, foi o Curso de Especialização em EJA, fruto de uma parceria entre o Departamento de Educação (DEDC), Campus I, e o Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus III, antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, da UNEB, no período de 1998 a 2003. Tal proposição foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como ação do Projeto Nordeste, e buscou qualificar, preferencialmente, professores da rede pública que atuassem na EJA. Em data mais recente, 2011-2013, o Departamento de Educação (DEDC), Campus X da UNEB, em Teixeira de Freitas, realiza o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, autorizado pela Resolução 811/2011 do Conselho Universitário (CONSU), da UNEB.

A Universidade, no espaço de quase duas décadas de relação com a EJA, oferta tanto graduação como pós-graduação, algo que, se não é raro, pois ainda hoje rareiam as formações para além das disciplinas de EJA das graduações em Pedagogia e nas licenciaturas, é, pelo menos, digno de nota, pois tais formações não figuram entre as linhas de desejo do discurso educativo contemporâneo brasileiro. Como afirmamos mais acima, a EJA sempre ocupou um lugar periférico no discurso e nas ações pedagógicas.

Também, na graduação em Pedagogia, pelo Programa Rede UNEB 2000⁷, os graduandos – professores de EJA da rede pública de ensino, em municípios baianos da área de abrangência da UNEB – tinham a possibilidade de trazer as questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos para a investigação, especialmente, nos campos da Prática Pedagógica e do Estágio Supervisionado. Havia também a possibilidade do estudo da EJA por meio dos Seminários Temáticos, que deveriam estruturar-se em torno de necessidades dos graduandos destes Cursos.

Mais um exemplo do esforço para a incorporação da formação de professores de EJA pela UNEB é a inclusão de um componente curricular obrigatório na Licenciatura em Pedagogia, no Campus I, que se deu em meio às demandas de estagiários e de regentes da rede pública de ensino, quando da realização do Estágio Supervisionado em classes de EJA. No momento presente, os cursos de Pedagogia da UNEB, em todos os Departamentos, têm a EJA como objeto de estudo, a partir da oferta de, pelo menos, um componente curricular. Essa conquista foi ampliada para os currículos das Licenciaturas oferecidas por meio do Programa de Formação Inicial de Professores da Educação Básica/Plataforma Freire (PARFOR).

Um dos resultados visíveis da inclusão das discussões relativas à EJA nos Cursos referidos pode ser percebida quando os graduandos tomam a EJA como objeto de estudo, o que se percebe por Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), pela participação em Grupos de Pesquisa, em Monitorias de Extensão e de Ensino, dentre outros espaços de atuação. Desafios relativos à formação de educadores vão sendo enfrentados – a história da EJA vai se constituindo.

Formar o professor nas licenciaturas sem que esses profissionais conheçam a especificidade da EJA, sem que se perguntem quem são os homens e as mulheres que poderão estar em suas classes, quando do ingresso deles no quadro de docentes da Rede Pública de Ensino e/ou nas Instituições de Ensino Privadas, nos raros casos de oferta da modalidade EJA, ainda se constitui um desafio a ser vencido pelas IES. Na

7

□ O Programa REDE UNEB 2000 é, como ficou conhecido, o Programa Intensivo de Graduação desenvolvido pela UNEB a partir de 1998, em parceria com as prefeituras municipais de várias regiões do Estado da Bahia (UNEB, 2015). Este programa de graduação especial da Universidade, nos últimos anos, foi substituído pelo da Plataforma Freire da CAPES, também ofertada pela Universidade.

UNEB, a formação dos licenciados de outras áreas que não seja a de Pedagogia, em cursos que não se configuram como Programas Especiais, ainda se faz sem que o graduando tenha a possibilidade de apropriar-se da especificidade da EJA.

A inclusão de um único componente curricular voltado para a EJA, a possibilidade da realização do Estágio Curricular na modalidade, ainda que se configure como uma aproximação ao campo, nem de longe atende às necessidades formativas de um professor que vai lidar com um aluno jovem e/ou adulto. Nesse sentido, faz-se necessário atentar para o que nos diz Duarte:

[...] para superarmos as pedagogias relativistas e o esfacelamento do Currículo escolar precisamos admitir que a questão central da pedagogia não reside nas relações entre professor e aluno ou nas relações dos alunos uns com os outros; a questão central da pedagogia está nas relações que professor e alunos estabelecem com o conhecimento objetivado nos produtos intelectuais da prática social humana em sua totalidade (DUARTE, 2008, p. 9).

Recorremos às reflexões de Tonet (2005), quando afirma ser necessário ao professor o conhecimento sólido dos fins da educação – se emancipação política ou emancipação humana⁸ –, da realidade histórico-social, da natureza do campo educativo, da especificidade da área em que atua, requerendo também a realização da articulação da atividade educativa com as lutas da classe trabalhadora. Em sua compreensão, com o que concordamos, ainda não se faz possível uma educação voltada, em sua totalidade, para a emancipação humana, mas a realização de atividades com esse fim, o que pode tornar-se realidade, desde que o professor detenha, com profundidade, os conhecimentos referidos.

Vivenciamos uma situação de não concretização do que é proposto formalmente, em relação à formação de professores de EJA, o que pode ser constatado, por exemplo, no que se refere às metas do I Plano Nacional de Educação (PNE 2001- 2010). Neste sentido, refletem Di Pierro e Haddad (2015), as metas do I PNE, ainda que ousadas, não foram acompanhadas da definição dos meios para seu alcance, bem como não se fez a previsão de como proceder a responsabilização,

8

□ A emancipação humana consiste na superação da exploração do homem pelo homem. A emancipação política é aquela relativa aos direitos e deveres decorrentes da cidadania. Ver os estudos de Ivo Tonet (2005).

quando estas metas não fossem cumpridas. As metas⁹ propostas no PNE (2014-2024), no que se refere à formação de professores, em nossa compreensão, parecem seguir horizonte idêntico àquele vivenciado na vigência do primeiro PNE, situação em que a UNEB tem se posicionado, quando da participação de seus docentes nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE), bem como no Fórum de Educação da Bahia.

A assunção pelas IES da formação no campo da EJA, reafirmamos, é ainda muito tímida e, por vezes, distante das reais necessidades do professor, dos educandos. Em que pese o esforço que tem sido feito, ainda estamos distantes de alcançar as metas acordadas nos Planos Nacionais de Educação, as recomendações postas no Documento Base Nacional Preparatório à Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI),¹⁰ isto sem considerar que as metas e/ou recomendações acordadas nestes Documentos não traduzem as reais necessidades da EJA. Também ainda não nos foi possível a concretização, na totalidade, das proposições apresentadas nos Relatórios-sínteses dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA)¹¹, bem como aquelas resultantes dos

9

□ Em relação à formação de professores, encontramos no PNE (2014-2024) a meta 16: “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (PNE, 2014, s/p.).

10

□A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) é um espaço internacional de direcionamento para as políticas de EJA, que vem ocorrendo desde 1949. “O Brasil não apenas foi o primeiro país do hemisfério sul a sediar uma CONFINTEA, mas também, junto aos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, mobilizou milhares de pessoas em encontros estaduais, regionais e nacional para discutir o estado da arte em educação de jovens e adultos no Brasil, incorporada no Documento Base apresentado à UNESCO. As orientações do Marco de Ação de Belém, que incluem várias recomendações do documento brasileiro, oferecem uma diretriz que permite ampliar o nosso referencial na busca de uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa”. Em relação à Formação de Professores, encontramos no Marco de Ação de Belém: 1. “[...] melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos, por exemplo, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, associações de professores e organizações da sociedade civil”; 2. “A falta de oportunidades de profissionalização e de formação para educadores tem um impacto negativo sobre a qualidade da oferta de aprendizagem e educação de adultos, assim como o empobrecimento do ambiente de aprendizagem, no que diz respeito a equipamentos, materiais e currículos. [...]” (BRASIL/UNESCO, 2010, p. 4, 13, 21).

11

Seminários Nacionais de Formação de Educadores de EJA (SNF)¹², debates dos quais a UNEB tem participado ativamente.

A participação da Instituição nesses espaços, no que diz respeito à EJA, concretizou-se a partir da extensão¹³ – espaço privilegiado de construção do campo, de onde se constituíram interconexões com o ensino e a pesquisa, por meio do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA). O NEJA¹⁴ foi criado em 2002, por meio da Resolução de nº 172/02 do Conselho Universitário (CONSU) da UNEB. Sua instituição se deve, primeiramente, à iniciativa de um grupo de educadores¹⁵ envolvidos, naquele momento, com ações de EJA na PROEX. Havia, nesse grupo, o compromisso e a intenção de continuar a abraçar o campo, por meio de um Núcleo que pudesse agregar, fomentar e implementar pesquisa e extensão em EJA, tornando-se espaço de referência, documentação e publicação, promovendo o intercâmbio com instituições congêneres, conferências, debates, fóruns e encontros

□O ENEJA é um espaço proposto pelos Fóruns de EJA do Brasil para “criar instrumentos de pressão política, que influenciem nas políticas públicas de educação de jovens e adultos nos âmbitos municipal, estadual e federal” (II ENEJA II, 2000, p. 03). “É possibilidade de discussão coletiva, na qual representantes de todos os Fóruns partilham suas convicções e concepções acerca da educação de jovens e adultos” (URPIA, 2009, p. 60). As proposições do GT de Formação de Educadores do XIV ENEJA, realizado em Goiânia, em 2015, são: 1. “Propor na Formação inicial dos cursos de licenciaturas a inclusão de disciplinas voltadas para a EJA na perspectiva da Educação Popular, com estágio supervisionado nesta modalidade de forma obrigatória para viabilizar a formação inicial dos Licenciandos para atuar na Educação de Jovens e Adultos [...]”. 2. “Propor formação continuada em serviço para profissionais que atuam na EJA, com princípios da Educação Popular para atender a demanda de formação continuada dos profissionais que atuam na EJA”. [...] 3. “Propor formas de Organização Curricular da EJA, a partir das interconexões de saberes superando a fragmentação do conhecimento [...]” (XIV ENEJA, 2015, p. 3-4).

12

□O SNF tem sua gênese no VII ENEJA, realizado em 2005, no Distrito Federal, quando o segmento de professores das IES encaminhou ao MEC a proposta de realização de um seminário temático sobre a formação do educador de jovens e adultos. Até o ano de 2015, foram realizados cinco Seminários, os quais contribuem para o aprofundamento sobre a formação do educador, base para uma educação de qualidade para todos os jovens e adultos.

13

□A Universidade, ao perseguir o objetivo de produzir e tornar acessível o conhecimento, deveria fazê-lo tendo como referência a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, o que não se configura como realidade, pelo menos no campo da EJA.

14

□No atual mandato da reitoria de José Bites de Carvalho (2014-2017), apesar de não ter sido extinto formalmente, através de portaria, o NEJA encontra-se desativado.

15

□Faziam parte desse grupo, dentre outros, as professoras do Departamento de Educação (DEDC) – Campus II, Alagoinhas, Ires Maia Muller e Magdalânia Cauby França, Maria de Fátima Mota Urpia, do DEDCI/Campus I. Também se juntou ao grupo de professoras Maria Carolina Soares, entre outros, que atuavam à época no corpo-técnico da Pró-reitoria de Extensão da UNEB.

sobre a temática, em articulação com os Departamentos da Universidade e com outros agentes públicos e acadêmicos mobilizados pela EJA.

O campo de atuação do Núcleo foi se constituindo por meio de ações relativas à efetivação e avaliação da política pública de EJA e, conseqüente, indicação de problemáticas que exigiam, e continuam a exigir, a intervenção do poder público, as quais, por vezes, configuram-se como metas/estratégias nos Planos Nacionais de Educação, bem como nos Planos Estaduais e Municipais. Esse exercício se fez, no NEJA, sempre em meio às tensões, à luta pela efetivação do direito à educação dos jovens e adultos trabalhadores, em espaços/tempos diversos; do lugar da sociedade civil organizada, especialmente, no espaço de luta dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, pela atuação no Fórum EJA Bahia¹⁶.

A participação dos membros da Coordenação Colegiada do NEJA no coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil se fez como possibilidade importante de atrelamento da atividade educativa às lutas de trabalhadores pela efetivação dos direitos decorrentes de sua condição cidadã, em especial, o direito à educação. Esses Fóruns têm se constituído como espaços de intervenção na política pública de EJA, responsáveis diretos por conquistas importantes para o campo, conquistas das quais fazem parte docentes que compuseram o coletivo de formadores do NEJA.

A EJA, nos diz Arroyo,

[...] somente se afirmará entrando nos espaços que os movimentos sociais vão abrindo nas lutas por seus direitos. Fala-se muito hoje em parcerias entre a sociedade, seus diversos atores e o Estado, porém as parcerias que contribuirão na configuração da EJA como garantia de direitos e como dever de Estado serão aquelas que situam suas intervenções na legitimação dos direitos dos excluídos, dos setores populares: aqueles atores sociais que superarem visões assistencialistas para com esses setores populares, que os reconhecerem sujeitos coletivos de direitos, na totalidade dos direitos humanos. Criar alguns espaços para a continuidade de estudos dos jovens e adultos populares, nada ou pouco fazendo para mudar as estruturas que os excluem do trabalho, da vida, da moradia, de sua memória, cultura e

16

□ Os membros da Coordenação Colegiada do NEJA, enquanto o Núcleo que se encontrava ativo, constituíram-se como representantes do Fórum EJA Bahia na UNEB. A Universidade abraçou a Secretaria deste Fórum, por meio do NEJA, até janeiro de 2014 e seu acervo encontra-se sob a guarda da Pró-reitoria de Extensão da Instituição, até a presente data. Os docentes que respondiam pela Coordenação Colegiada do Núcleo continuam participando da luta deste Fórum – a participação nesta ação coletiva é de natureza voluntária e requer o compromisso com a causa da EJA.

identidade coletiva não configurará a EJA no campo dos direitos (ARROYO, 2005, p. 28-29).

Um exemplo dessa participação ocorreu em 2011, quando a Coordenação Colegiada do NEJA, com assento no Fórum EJA Bahia, pelo segmento IES, reafirmando sua participação nos debates envolvendo a concepção, execução e avaliação da política pública de EJA, realiza, junto com os Fóruns de EJA do Brasil, o XII ENEJA, que reuniu 570 participantes delegados dos Fóruns de EJA de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal, bem como de representantes de diferentes segmentos da EJA no Estado, quando se discutiu a EJA pós CONFINTEA VI: avanços, desafios e estratégias de luta, no momento da instituição do PNE. O XII ENEJA envolveu docentes e alunos de Pedagogia do DEDC I; teve a participação de educandos e professores de EJA da Rede Pública de Ensino, de alfabetizandos e alfabetizadores do Programa Todos pela Alfabetização¹⁷/Brasil Alfabetizado, bem como alunos e docentes da Universidade Federal da Bahia¹⁸, resultando em uma grande mobilização em prol da EJA na Bahia e no Brasil.

Também se fez relevante para a discussão da política pública de EJA a realização pelo NEJA, junto com os Fóruns de EJA da Região Nordeste, do Encontro Preparatório à Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), da Região Nordeste, em 2008. Os Fóruns de EJA organizaram,

17

□O Programa Todos pela Alfabetização/Brasil Alfabetizado - TOPA é uma iniciativa da Secretaria Estadual da Educação (SEC) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e Governos municipais em todos os territórios baianos. Foi instituído em 2007 e tem como objetivo mais amplo assegurar o ingresso e permanência de jovens, adultos e idosos na escola, de forma que possam se apropriar da leitura e da escrita, com o objetivo de proporcionar a inclusão social, econômica, política e cultural. A UNEB, por meio do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Pró-reitoria de Extensão compôs o grupo de discussão para a criação do Programa, junto com as três outras Universidades Estaduais da Bahia (Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade do Sudoeste da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz) e a Universidade Federal da Bahia. O Programa constituiu-se como uma ação importante da UNEB, o qual foi realizado pelo NEJA, com a participação dos Departamentos da UNEB até a etapa realizada em 2013. No Reitorado atual, o Programa passa a vincular-se a Equipe Central de Gestão Universitária (EGGU) e, no momento presente, é coordenado pelo Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus III da UNEB, em Juazeiro.

18

□A articulação com pesquisadores - alunos e professores - que atuam no Laboratório de Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (LEPEJA) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia se constituiu como mais uma frente de atuação da UNEB em prol da EJA. É assim que, além da realização conjunta de eventos propostos pelos Fóruns de EJA do Brasil, membros da equipe do NEJA participaram como docentes do Curso de Especialização EJA na Diversidade, realizado pelo LEPEJA, em 2013.

junto com as Secretarias de Educação em seus Estados e Regiões, os Encontros Preparatórios à CONFINTEA VI e, na Bahia, a participação da UNEB foi decisiva para a realização desse Encontro. A Coordenação Colegiada do NEJA assumiu a realização do Encontro pelo segmento IES do lugar de membro da Coordenação Colegiada do Fórum EJA Bahia e, posteriormente, integrou a delegação do Brasil, na Conferência.

Passados cerca de seis anos de realização dessa Conferência, a UNEB participa da preparação para a CONFINTEA Brasil mais 6, a realizar-se em abril de 2016, em Brasília, para o balanço das recomendações que compõem o Marco de Ação de Belém¹⁹. Para tanto, docentes²⁰ da UNEB, outrora membros da equipe do NEJA, junto com outros da própria Instituição e de outros espaços, fazem um balanço das recomendações do Documento Base para aquela Conferência, participando, junto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), desse momento de avaliação/reestruturação da política pública de EJA.

A CONFINTEA VI não resultou na melhora esperada na política da educação de adultos no mundo. No Brasil, convivemos com o não alcance da universalização do acesso à leitura e à escrita, com o lento avanço nos indicadores de escolaridade entre os adultos, com a manutenção da desigualdade no quantitativo de anos de estudo entre as pessoas com mais de 25 anos e, ainda, com a redução das matrículas (DI PIERRO; HADDAD, 2015). Em verdade, afirma Rummert:

Com a preocupação de não promover mudanças estruturais na ordem societária, são implementadas medidas que visam a minimizar, de forma superficial, as consequências das opções político-econômicas das forças dominantes, condicionadas por interesses corporativos do capital e pelo alinhamento subordinado do país ao quadro hegemônico internacional (RUMMERT, 2007, p.12)

19

□“O Marco de Ação de Belém constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional, que teve início em 2007e não termina com a sua aprovação no último dia da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI, ocorrida em Belém, em dezembro de 2009” (BRASIL, 2010, p. 4).

20

□Os docentes da UNEB continuam a pautar a EJA como um direito e um dever do Estado em diferentes espaços, a exemplo, do Fórum Estadual de Educação (FEE), dos SNF, dos ENEJA, entre outros.

As intervenções que vêm sendo realizadas não resolvem a questão da universalização da educação de jovens e adultos trabalhadores, o que se coloca como impossível na sociabilidade a que estamos submetidos – aquela da lógica do capital. Mas, em meio à impossibilidade de uma educação voltada para a emancipação humana em sua totalidade, as formas concretas da EJA vão se configurando entre os muros da Universidade e muito além deles.

A formação de quadros qualificados em diferentes dimensões tem, nas experiências referidas, possibilidades formativas relevantes para a EJA. É formação política; é possibilidade de participar da luta pela efetivação do direito à educação para todos os homens e mulheres trabalhadores. O problema da formação do professor de EJA nos remete a quem o educa, concordando com Pinto (2007), quando afirma:

A pergunta fundamental, da qual deve partir toda discussão do problema da formação do professor, é esta: “quem educa o educador?”. [...] A resposta correta é a que mostra o papel da sociedade como educadora do educador. Em última análise, é sempre a sociedade que dita a concepção que cada educador tem do seu papel, do modo de executá-lo, das finalidades de sua ação, tudo isso de acordo com a **posição** que o próprio educador ocupa na sociedade (PINTO, 2007, p. 79, grifo do autor).

O formador é um professor que ensina alguém a ser professor. A EJA tem como fim maior a busca de uma forma de sociabilidade em que todos tenhamos uma vida digna, a vida que desejaríamos ter (SEN, 2000). Para tanto, dentre outras questões, todos têm direito “[...] a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade” (TONET, 2005, p. 222). A assunção da formação de quadros qualificados para a EJA, pela UNEB em sua vocação de formar professores, passa por questões desta natureza.

Os profissionais envolvidos com a EJA vão se formando em espaços muito diversos, a exemplo do cotidiano da Educação Básica, quando a modalidade é objeto de investigação dos graduandos, de professores e coordenadores pedagógicos, dos gestores e dos demais funcionários da Escola. A experiência que um adulto traz para a relação exige um fazer que ainda não foi construído, trata-se de vencer o desafio, em que

[...] importamo-nos não com a quantidade, mas com a qualidade dos conhecimentos que ofereceremos com a intenção de ajudar os alunos **a se apropriarem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida** (PISTRAK, 1981, p. 96, grifos do autor).

As necessidades dos graduandos, especialmente durante o Estágio Supervisionado, as questões demandadas pelo componente curricular Educação de Jovens e Adultos no curso de Pedagogia, têm resultado em uma demanda crescente e muito significativa daqueles que tomam a EJA e temáticas afins como objeto de estudo, o que requer o envolvimento de docentes/pesquisadores da antropologia, economia, filosofia, psicologia, sociologia, política, bem como de campos derivados dessas ciências e aplicados à educação, como a política educacional e o trabalho-educação, entre outros. As experiências, os questionamentos daqueles que se envolvem com a EJA vêm se transformando em projetos de pesquisa, que vêm sendo compartilhados em Seminários, Congressos, Encontros, entre outros eventos onde se discute a EJA. Trata-se de formas concretas da EJA, ao longo da história.

Em se tratando da política pública de formação de professores, a UNEB, por meio do NEJA, teve participação efetiva nos Seminários Nacionais de Formação de Educadores, contribuindo de forma efetiva para a área, o que pode ser constatado quando verificamos que proposições²¹ do V SNF, realizado em 2015, como a inclusão

21

²¹Se constituem propostas do V SNF às IES, no que refere à Formação Inicial: “Garantir que todos os cursos de Pedagogia e licenciaturas ofereçam, em caráter obrigatório, pelo menos um componente curricular específico sobre a EJA; Ofertar componentes curriculares e eletivos de EJA para todas as licenciaturas, como forma de dar vazão e visibilidade à demanda por parte dos estudantes; Transversalizar conteúdos relativos à EJA nos currículos das disciplinas de Pedagogia e Licenciaturas; Considerar como oportunidade para ampliar atividades de formação em EJA a Meta 12 do Plano Nacional de Educação que estabelece, como uma das estratégias de ampliação das matrículas no Ensino Superior; Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (Estratégia 12.7); Estimular a colaboração entre universidades, escolas e organizações da sociedade civil em atividades de extensão universitária de maneira a potencializar a formação inicial e continuada dos educadores e educandos de EJA; Estimular que a formação inicial promovida pelas IES interaja com os princípios da Educação Popular, em diálogo com outras possibilidades de Processos Formativos; Institucionalizar e financiar nas IES projetos de formação continuada sob a forma de especializações, mestrados acadêmicos e profissionalizantes, contemplando prioritariamente profissionais da educação do quadro efetivo das redes de ensino; Promover a difusão de pesquisas por meio de Seminários de Práticas Pedagógicas de EJA e de Formação Inicial em cursos de Pedagogia e Licenciaturas; Encaminhamento para as universidades federais de vagas públicas de concursos direcionadas/destinadas para o campo da Educação de Jovens e Adultos como ação afirmativa, para que se possam constituir grupos de docentes a fim de atuarem em cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Programas de Pós-Graduação e pesquisadores nessa área do conhecimento” (V SNF, 2015, p. 3, 4).

pelo menos um componente curricular específico sobre a EJA no Curso de Pedagogia, se constitui realidade na Instituição.

A trajetória da EJA, na Instituição, resultou no acúmulo de experiências e na maturidade para a criação, em 2012, do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, aprovado pela CAPES, o qual passou a funcionar, a partir de 2013, atendendo a diferentes segmentos envolvidos com a EJA. Trata-se de mais uma iniciativa pioneira, pois é o primeiro Mestrado Profissional, nessa área, proposto por uma IES, no país.

Do ponto de vista da Pós-Graduação *stricto sensu*, a implementação do Mestrado Profissional em EJA constitui um marco do envolvimento dessa instituição com a temática, bem como seu compromisso social com a população de jovens e adultos. Além disso, é indício de um significativo aporte, que se soma aos esforços já desenvolvidos por outros programas de pós-graduação baianos, no intuito de contribuir para a consolidação da EJA como *locus* de pesquisa, diminuindo, assim, seu aspecto marginalizado nas temáticas da investigação científica, a partir da constituição de um espaço privilegiado e dedicado exclusivamente à temática.

Nesse sentido, também, o Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Campus I - com Mestrado e Doutorado -, no qual é perceptível o aumento do quantitativo de pesquisas no campo da EJA e em temáticas afins (LAFFIN; DANTAS, 2015; CDI, 2016), tem se constituído como um outro espaço importante. O Tirocínio Docente realizado por alunos do Mestrado em Educação e Contemporaneidade, em componentes curriculares do Curso de Pedagogia que têm a EJA como objeto de estudo, a exemplo do Estágio Supervisionado e da disciplina homônima ao campo, também pode ser apontado como mais uma possibilidade em que se fez/faz a EJA, na UNEB.

Outra experiência importante para a EJA, na Bahia, é o Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (OBEJA-TIS/UNEB/CAPES), “[...] uma rede que objetiva consolidar ações na EJA, desde a perspectiva dos debates atuais sobre educação popular, movimentos sociais e desenvolvimento local, articulando ações de pesquisa, planejamento e finanças” (NUNES; SANTOS; BARRETO, 2015, p. 184). Trata-se de uma ação que congrega a

UNEB por meio do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEduc), envolvendo seis municípios, Movimentos Sociais, bem como o Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos²² do Território do Sisal.

A extensão gera a pesquisa e as duas dimensões contribuem para o ensino, todavia essa articulação não tem se configurado como uma contribuição que possa de fato modificar a realidade em relação à formação de professores/educadores de EJA, pois, em geral, as propostas que chegam às IES são marcadas pela formação em serviço, emergencial, e o foco principal das pesquisas são os Programas. A extensão, como um espaço de pesquisa e formação de educadores de EJA, requer a participação da Universidade nas decisões políticas, administrativas, epistemológicas e pedagógicas das intervenções que lhes são propostas (DI PIERRO, 2006). Trata-se de um embate assumido pelo NEJA, do lugar de Unidade Formadora no Programa Brasil Alfabetizado, com atuação no Programa AJA Bahia e no Programa Todos pela Alfabetização (TOPA). A defesa do processo de alfabetização na EJA e não de alfabetização e EJA, era/é apresentada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, e à SECADI, por meio de Eventos de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, a exemplo da Reunião Técnica Internacional sobre Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos – Brasil MEC/SECADI, realizado em Brasília, em 2011, com a participação de pesquisadores de EJA das Unidades Formadoras, de Organismos Internacionais, bem como dos Fóruns de EJA do Brasil.

A execução e a avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, pela Instituição, resultou em modificações importantes na forma como o Programa²³ se configurou na

22

□A Rede de Fóruns de EJA do Brasil é formada por 26 Fóruns Estaduais, um por Estado da Federação, um Fórum Distrital e Fóruns Regionais. Na Bahia, além do Fórum de EJA Estadual, encontram-se em atividade o Fórum Regional do Território do Sisal e os Regionais do Extremo Sul da Bahia e o do Recôncavo Baiano.

23

□Além dos resultados diretos, um Programa Social pode obter resultados indiretos – aqueles não previstos quando de sua concepção. O Programa Todos pela Alfabetização/Brasil Alfabetizado, teve como resultados dessa natureza: 1. “Melhoria na articulação entre entidades não governamentais, Universidades, Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação, articulação com outros Programas de Governo. 2. Possibilidade de formação de uma equipe de profissionais conhecedores da EJA nos municípios. 3. Integração com políticas intra-setoriais – trabalho, saúde. 4. Mudanças nas relações familiares com participação dos/as alfabetizados/as na vida escolar dos seus filhos. 5. Melhoria das condições socioeconômicas dos Coordenadores de Turmas e Tradutores Intérprete de Libras. 6. Ampliação das ações voltadas para a alfabetização de jovens e adultos nos

Bahia, tendo-se como horizonte que a EJA precisa ser reestruturada de outra forma, que não aquela das ações pontuais dos Programas. Outro espaço importante, quando nos referimos à intervenção da UNEB nas decisões relativas às ações que lhe foram propostas, foi a Formação de Professores da Rede Estadual de Ensino, quando da implantação da “Proposta²⁴ Curricular Educação de Jovens e Adultos Populares: aprendizagem ao longo da vida,” em 2008. A formação foi discutida entre a SEC e a UNEB, resultando em alguns ajustes importantes para a sua implantação, ainda que, no todo, não fossem feitas as modificações que se faziam necessárias. As necessidades de aprendizagens de professores e educandos da EJA pautaram a formação realizada por docente da UNEB, sob a coordenação do NEJA. Embates como esses eram pautados pelo NEJA, na Pró-reitoria de Extensão, à medida em que o Núcleo ia se constituindo como um espaço

[...] de formação de quadros qualificados para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendendo que a formação de profissionais com capacidade analítica e crítica, com sensibilidade e compromisso social, capazes de atuar em níveis micro e macro; pessoas com capacidade para definir políticas e organizar ações em todos os níveis, na formação, na investigação de políticas e programas, na concepção de materiais, na supervisão e na avaliação se constitui um desafio a ser vencido pelas IES (TORRES, 2008, p. 7, tradução nossa).

As atividades educativas desenvolvidas no NEJA envolveram docentes da quase totalidade dos departamentos, alunos e ex-alunos da graduação, egressos da UNEB e de outras IES, gestores e professores das Redes Públicas de Ensino, jovens e adultos trabalhadores. A formação de quadros qualificados para atuar na EJA, no

Campi da UNEB. 7. Obtenção de documentos necessários à identidade civil, melhoria da autoestima dos/as alfabetizados/as. 8. Fortalecimento dos laços de solidariedade em diversos segmentos da comunidade, e a possibilidade de muitos se descobrirem como alguém que pode aprender e concretizar outros projetos de vida, 9. Inserção e retorno ao mercado de trabalho de Voluntário-Alfabetizadores, Voluntário-Alfabetizadores Coordenadores de Turmas e Voluntário Tradutores Intérprete de LIBRAS e outros, com conseqüente aumento da renda familiar, o que resultou no aquecimento da economia dos municípios. 10. participação de adultos idosos em situações socializadoras, contribuindo para sua reintegração em espaços sociais. 11. formação de um quadro de profissionais vinculados à alfabetização de jovens e adultos, ainda que não pertencente à Secretaria Municipal de Educação” (UNEB/NEJA/ PROEX, 2011).

24

□A “Proposta Curricular Educação de Jovens e Adultos Populares: aprendizagem ao longo da vida” foi elaborada pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Miguel Arroyo. A proposta foi implantada na Rede, mas seus resultados precisam ser pesquisados e discutidos amplamente por todos os envolvidos com a EJA.

contexto das atividades educativas realizadas pelo NEJA, foi se fazendo pela participação em eventos diversos – seminários, oficinas, simpósios, congressos, entre outros. A trajetória de formação dos formadores se fazia, cotidianamente, pela via interior, que se constitui como espaço para:

[...] o debate coletivo, a crítica recíproca, a permuta de pontos de vista, para que os educadores conheçam as opiniões de seus colegas sobre os problemas comuns, as sugestões que outros fazem e se aproveitam das conclusões destes debates (PINTO, 2007, p. 87).

49

Para o autor, o professor vai se formando percorrendo duas vias, uma externa e outra interna: a primeira, formada “[...] por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados etc. e a via interior, que é a indagação à qual cada professor se submete, relativa ao cumprimento de seu papel social (PINTO, 2007, p. 87). A ação de formar professores/educadores de EJA se constituía como forma de produção da própria existência para o coletivo de formadores – é trabalho; um trabalho educativo, na medida em que “[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1991, p.21). Trabalho educativo que tem resvalado na pesquisa, interferindo no ensino, na formação de pessoas²⁵ que estão em Escolas de Educação Básica, em Secretarias de Educação, em Institutos Federais de Educação, em Universidades como docentes e

25

□O coletivo de professores e alunos que atuaram no NEJA, em grande parte, teve sua primeira aproximação com a EJA a partir da atuação no Núcleo, poucos já possuíam algum conhecimento sobre o campo. Todos puderam aprofundar seus conhecimentos, o que resultou na conclusão de Cursos de Pós-graduação – Especialização e Mestrado –, que tiveram como objeto de pesquisa a EJA. A realização de uma pesquisa para explicitar quantos, onde se encontram, o significado das aprendizagens construídas e, especialmente, a relação, o compromisso que estabeleceram com a EJA, se faz como muito importante para a reflexão da formação de professores de EJA na própria Universidade. Recorrendo à memória e por mantermos contatos com alguns deles, podemos localizar profissionais que compuseram a equipe técnico-pedagógica do NEJA na Pós-graduação da UNEB e de outras IES, quais sejam: duas no Mestrado Profissional em Gestão, uma no Mestrado Profissional em EJA, no DEDCI/Campus I, três mestras em Educação e Contemporaneidade, quatro mestras em Políticas Sociais e Cidadania, pela UCSAL, uma mestranda na UESB e uma pela UNEB, no Departamento de Itapetinga, dois Doutores pelo Programa PPGEduc/UNEB. Além disso, sabe-se de cinco professoras concursadas da Rede Municipal de Salvador e uma na Rede Estadual, um pedagogo concursado no Instituto Federal da Bahia, uma profissional que ingressou como estagiária de Ensino Médio, hoje bacharel em Administração. Uma docente da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e um professor outro assumindo a docência no Centro Universitário Jorge Amado, uma IES privada.

como alunos da Pós-graduação – nas Especializações, nos Mestrados e Doutorados –, qualificando-se e interferindo nas formas concretas da EJA, nesse tempo presente. O espaço do NEJA se constituiu, assim, como espaço de concretização de diálogos/de conexões entre a extensão, a pesquisa e o ensino em EJA.

A EJA no Brasil ainda se estrutura pela realização de ações pontuais, fragmentadas, em geral, na forma de programas. Em que pese a sua instituição como um direito e um dever de Estado, a concepção de suplência persiste. Os Programas de Alfabetização, realizados em diferentes Governos, não têm conseguido resolver a problemática do analfabetismo, o que pode ser percebido pela posição ocupada pelo Brasil – a 8ª, entre as Nações com maior número de analfabetos adultos. No mundo, segundo o 11º Relatório de Monitoramento Global de EPT, existem 781 milhões de adultos analfabetos e 72% deles estão em 10 países.

A meta acordada pelo Brasil para 2015, de 50% de melhoria nos níveis de alfabetização, certamente, não foi alcançada. Em 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi de 8,7%, o que representa 13,2 milhões de analfabetos. Um quarto da população brasileira com mais de 60 anos não sabe ler e escrever, conforme dados da Pnad, 2014.

Os homens e as mulheres que compõem o universo dos que não sabem ler e escrever a palavra, dos que são contabilizados nas estatísticas dos Relatórios Mundiais sobre o acesso à educação, também aparecem nos indicadores do não acesso às condições necessárias a uma vida digna – eles e elas são os educandos da EJA. No fazer da EJA, não podemos perder de vista que

[...] um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

O exercício de recuperar o que tem sido a EJA na UNEB obriga-nos a escavar, a várias mãos, possíveis avanços e recuos, bem como as possibilidades para garantir aos jovens e adultos trabalhadores o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade, ao longo da história. Procuramos por indícios em documentos, nos livros, nas fotografias, nos vídeos e, fundamentalmente, no vivido por cada um de nós, autores desse texto.

No processo de ir tomando estas notas, estes fragmentos para/da história do campo, vimos transitando na extensão, no ensino e na pesquisa, em especial no cotidiano do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos. É assim que buscamos dizer do processo formativo nosso e dos que por lá passaram, ao tempo em que, mais uma vez, vamos buscando mais solidez naquelas dimensões apontadas por Tonet (2005), as quais já nos referimos, como condições necessárias ao trabalho no campo da EJA. Processo que não se encerrou e que tem em outra ação nascida no NEJA, o fazer da história da EJA na UNEB. Trata-se da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, um periódico que tem nas interfaces entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as questões contemporâneas da epistemologia, da cultura, da história e da política como campos de interesses.

A Revista é editada pelo Grupo de Pesquisa Cultura, Currículo e Políticas na Educação de Jovens e Adultos (CULT-EJA), grupo formado por ex-alunos²⁶, hoje

26

□A experiência de aproximar alunos da graduação em Pedagogia ofertado pelo DEDCI/UNEB na EJA se fazia mesmo quando no currículo do Curso não havia nenhum componente curricular voltado para o campo. Essa experiência se dava durante o Estágio Supervisionado quando os graduandos assumiam a docência em uma classe de EJA em Escolas das Redes Municipal e/ou Estadual, sob a supervisão da docente orientadora do Estágio em parceria com o professor regente. Além da regência, a experiência formativa se fazia por meio de cursos de formação continuada envolvendo a equipe da Escola Campo de Estágio, os graduandos e a docente da UNEB, estruturando-se em conformidade com as necessidades dos professores no campo da EJA. É, nesse contexto, que uma turma de Pedagogia, após a experiência do Estágio Supervisionado em EJA, atende ao convite para atuar no NEJA, no campo da formação de alfabetizadores de jovens e adultos no Programa AJA Bahia/Brasil Alfabetizado. Deste grupo, dois ex-alunos, agora pedagogos, permaneceram no NEJA, assumindo diferentes demandas no campo da EJA. O Estágio Supervisionado foi o campo por excelência para que esses graduandos pudessem conhecer sobre a gestão de um Programa, sobre como se faz um periódico eletrônico, sobre os Fóruns de EJA, dentre outras questões. Muitos deles, depois de formados, atuando no NEJA, foram se constituindo como formadores – como aqueles professores que ensinam o outro a ensinar, no caso específico, no campo da alfabetização de jovens e adultos. Um deles, atuando como Editor-Executivo da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, tem contribuído sobremaneira para a discussão no campo da EJA, inclusive por meio de

profissionais de outras IES – da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), do Centro Universitário Jorge Amado (UJ) –, de professores da UNEB no DEDC/Campus I, do DEDC/Campus XIII, em Itaberaba, e do DCHT/Campus XVIII, em Eunápolis, bem como por docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), todos pesquisadores no campo da EJA.

A edição da Revista tem possibilitado o diálogo com pesquisadores de todo o País, da América Latina, estendendo-se para outros, como Portugal, Espanha, França, até o momento. A Rede de pesquisadores pertencentes ao GT de EJA da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) também tem sido um locus em que buscamos qualificar o debate sobre a EJA.

A história da EJA, na UNEB, continua sendo feita por todos aqueles que tem abraçado o campo como um lugar de compromisso com a educação da classe trabalhadora. Trata-se de um lugar de possibilidades, mas a

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinadas coisas, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. [...] Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário ‘conhecê-las’ e saber utilizá-las. Querer utilizá-las (GRAMSCI, 1978, p. 47).

Acreditamos que nossa forma de viver pode ser modificada por homens e mulheres que, politicamente comprometidos, tomam partido a favor daqueles que, embora iguais perante a lei, vivenciam, cotidianamente, a desigualdade e a pobreza. É preciso perseguir o horizonte de atuar ao mesmo tempo como pesquisador, crítico e revolucionário, de sentir por dentro a própria vida dos subalternos, alerta Semeraro (2006), a partir de estudos de Gramsci acerca da formação de intelectuais. A EJA continua a nos colocar na parede em tempos e espaços diversos.

Notas para o Devir...

diálogos com pesquisadores de Organizações Internacionais, a exemplo da Associação Europeia da Educação de Adultos – European Society for Research on the Education of Adults (ESREA).

A produção de um texto que pudesse se configurar como apontamentos da/para a história da EJA na UNEB obrigou-nos a rememorar o vivido/o testemunhado em um determinado período de tempo, ainda que com certa imprecisão, em espaços diferentes na Instituição, o que se fez em um movimento de ir e vir entre a extensão, a pesquisa e o ensino. Trata-se, como já o dissemos, de registros de uma parte da realidade, ainda que se configure também como uma totalidade, do como vêm se constituindo as formas concretas da EJA na Instituição.

A formação de professores de EJA – um campo aberto no sentido do que ainda precisa ser pesquisado/feito – tem sido motivo de intervenção no cotidiano da UNEB, em diferentes frentes e, de forma pioneira, haja vista as diferentes iniciativas, tanto na graduação quanto na Pós-graduação. Todavia o retorno ao tempo em que se tinham programas, projetos e ou ações realizadas na extensão, sem que houvesse uma articulação entre esta dimensão, o ensino e a pesquisa, indica o quanto avançamos, mas também no que retrocedemos, e sobre a permanência naquilo que não atende às necessidades formativas no campo dos educandos e dos educadores.

À primeira vista, essas ações de EJA parecem indicar algo de excelência até, no entanto, em que pese os avanços alcançados, o campo não se constitui de forma orgânica, não se estabelece como responsabilidade de todos. Mesmo diante das condições adversas no interior da própria Instituição, persiste o embate daqueles que concebem a EJA como educação da classe trabalhadora, compreendendo que seus educandos são diferentes no que se refere ao gênero, à questão geracional, à dimensão étnico-racial, entre outras questões, mas iguais na condição de produzir a própria existência e, ainda, a de outros que não precisam fazê-lo.

Todos têm direito de conhecer o patrimônio cultural produzido pela humanidade ao longo da história, o que requer, dentre outras condições, a formação de um coletivo de professores/educadores que, tendo assumido o compromisso com a educação da classe trabalhadora, possam ir se apropriando, conforme o dissemos antes, do conhecimento sobre os fins da educação e especificidade da EJA, bem como acerca do contexto histórico-social a que estamos submetidos.

Somos testemunhas de uma educação que “instrui” homens e mulheres trabalhadores para que possam produzir uma educação que lhes “permitem” o

acesso ao conhecimento, desde que seja em um patamar em que se mantêm a mesma forma de sociabilidade de que fazemos parte – aquela regida pela lógica do capital. Temos clareza de que, no modo de viver a que estamos submetidos, não é possível uma educação voltada, em sua totalidade, para a emancipação humana, mas podemos perseguir atividades voltadas para este fim. As atividades educativas que vimos realizando no campo da EJA requerem que se tenha como horizonte este posicionamento, o que defendem os autores deste texto. Atuar na EJA significa, em nossa compreensão, educar na perspectiva da transformação desse modo de viver, significa aliar a atividade educativa às lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Estamos fazendo a nossa própria história, mas não como a desejamos, como escolheríamos fazer, e sim de acordo com as condições de produção da existência. É assim que as formas concretas da EJA vão se fazendo; também, nessas condições, é que demos conta dessa escrita – uma atividade educativa que é trabalho, um trabalho exaustivo, sofrido, que exigiu muito esforço intelectual e físico. Não demos conta de tudo o que se fez sobre a EJA – não seria possível, o que fizemos foi um exercício de tomar notas, de buscar na memória “o que fazer da EJA”, na UNEB, do lugar da formação; fragmentos da/para a história que “podem se perder, que podem se ir” com aqueles que a viveram, se não se fizerem os registros, se não compartilharmos com o(s) outro(s).

La EJA en la UNEB: *notas de la/para la historia.*

Resumen: Este artículo intenta, desde un ejercicio de memoria de los autores, participantes *in loco* del proceso histórico de construcción de la Educación de Jóvenes y Adultos en la Universidad del Estado de Bahia, discutir esa narrativa como fragmento, partes de un texto en progreso, indicando su incompletitud, ambivalencia y complejidad, como forma de enmarcar un discurso sobre algo que han vivido y viven. Por lo tanto, recurrieron a los documentos y a la propia memoria como

recurso para las proposiciones presentadas en este escrito, en una perspectiva de la *Bricolage*, que se pretende historia, sin permitir cerrar por el discurso o por las metodologías de bases historiográficas.

Palabras-Clave: Historia; Educación de Jóvenes y Adultos. Universidad del Estado de Bahia

Referências

AGAMBEN, G. **Infância e História:** destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. UNESCO, MEC. **Marco de Ação de Belém.** Brasília, 2010.

Disponível em: www.unesco.org/.../confintea/pdf/.../Belem%20Framework_Final_ptg.pdf. Acesso em: 10 /03/2016.

CDI – Centro de Documentação e Informação “Luiz Henrique Dias Tavares”. **Banco de Teses e Dissertações.** 2016. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/?p=dissertacoes_e_teses. Acesso em: 31/01/2016.

BURKE, P. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DI PIERRO, M.C. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, L. (Org.) **Formação de educadores de jovens e adultos:** I Seminário Nacional. Brasília: MEC/Secad, Unesco, 2006, p. 281-292. Disponível em: www.forumeja.org.br/. Acesso em: 04/03/2015.

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no Início do Terceiro Milênio: Uma Análise das Agendas Nacional e Internacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>. Acesso em: 30/08/2015.

DUARTE, N. **Pela superação do esfacelamento do Currículo realizado pelas Pedagogias Relativistas.** 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/pela_superacao_esfacelam. Acesso em: 10/09/ 2015.

II ENEJA. Relatório-síntese do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Informação em Rede**, ano 4, n. 30, 2000. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/iieneja_0.pdf. Acesso em 20/12/2015.

XIV ENEJA. **Relatório-síntese Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos**. Goiânia: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2015 [no prelo].

V SNF. **Relatório Final do Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2015 [no prelo].

GATTI, B. A.; NUNES, M. N. R. **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC, 2009.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves; Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

LAFFIN, M.H.L.F; DANTAS, T. R. A Pesquisa Sobre a EJA na e da Bahia: aproximações e demandas teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 3, n. 6, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/issue/archive> [no prelo].

KONDER, I. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, M. M. **Formação de professores para EJA**: Uma perspectiva de mudança. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em: 03/07/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NUNES, E. J. F; SANTOS, M. C. G; BARRETO, M. R. N. O Observatório de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular no Território do Sisal – Bahia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 183-197, jan./jun. 2015. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/download/1326/905. Acesso em: 04/07/2015.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo – Revista de Ciências**

da Educação, n. 2, jan./abr. 2007. Disponível em: www.uff.br/.../a-educacao-de-jovens-adultos-brasileiros-sec-xxi.pdf. Acesso em: 03/03/2015.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

SEMERARO, G. Intelectuais “Orgânicos” em tempos de Pós-Modernidade. **Revista Cadernos Cedes**, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03/06/2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, R. M. Notas de Teoria e Metodologia biográficas. **Revista Cocar**, v. 8, n. 15, 2014, p. 116-117. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/342>. Acesso em: 31/01/2016.

TONET, I. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?**, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/.../9044> de I Tonet. Acesso em: 10/02/2015.

TORRES, R.M. “No Basta con Enseñar a Leer y Escribir, hay que acercar la Lectura y la Escritura a la Gente”. In: **Revista Uni-Pluri/Diversidad**, vol. 8, n 1, 2008.

Disponível em:

<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/unip/article/view/13187>. Acesso em: 14/02/2015.

UNEB/NEJA/PROEX. **Relatório Técnico-Pedagógico do Programa Todos pela Alfabetização/ Brasil Alfabetizado**. 2011.

UNEB. **Programas especiais de graduação**. 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/prograd/programas-especiais-de-graduacao/>. Acesso em: 21/05/2015.

URPIA, M. F. M; SOUZA, R. M. Por uma ação político-educativa: uma apresentação do *modus operandi* do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia. In: GUICHOT-MUÑOZ, E.; FERNÁNDEZ-GAVIRA, J.; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, J. (Orgs.). **Formación y Mediación para la Inclusión Social: contribuciones en investigación y intervención**. Sevilla: Proyecto Arlekin/Universidad de Sevilla, 2014. p. 185-196.

URPIA, M. F. M; FREITAS, M. L. Q; LINS, M. J. F; SOUZA, R. M. Procurando por sinais, por indícios... de uma outra Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1055726>. Acesso em: 31/01/2015.

URPIA, M.F.M. **Fórum EJA Bahia: implicação na definição da política pública da Educação de Jovens e Adultos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós- Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Salvador, UCSAL, 2009. Disponível em: tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=163. Acesso em: 04/02/2015.